



Panorama das metas do ODS 4: educação de qualidade no RS

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma agenda de desenvolvimento para os países signatários. Dentre esses objetivos, um diz respeito especificamente à educação. Os ODS seguiram-se aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), igualmente propostos pela ONU em 2000, com a finalidade de reduzir a extrema pobreza e a fome no mundo até 2015. Por sua vez, os ODS consistem em um conjunto mais abrangente de 17 objetivos e 169 metas que o Brasil, em 2015, junto aos outros 192 Estados-membros da ONU, se comprometeu a atingir até 2030. Os ODS devem servir de orientação para as políticas nacionais e regionais. Seu acompanhamento é fundamental, tendo em vista a busca pela redução das disparidades regionais e territoriais, assim como os impactos que a realização de um objetivo tem em vários outros.

Embora várias das metas estabelecidas pela Agenda 2030 não sejam competência dos governos locais, há muito que as gestões estaduais e municipais podem fazer para que essas metas sejam cumpridas ao final do prazo estabelecido. Neste estudo, apresentam-se dados relativos à situação do ODS 4 no Rio Grande do Sul, traçando alguns comparativos com a realidade nacional ou de outros estados. O ODS 4 trata de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Mais especificamente, verifica-se o quadro da educação pré-escolar, dos ensinos fundamental, médio e superior, das habilidades técnicas e profissionais, da igualdade de gênero e da inclusão de pessoas com deficiência e crianças em situação de vulnerabilidade, assim como a condição da alfabetização de jovens e adultos, juntamente com conhecimento básico de matemática, além da ocorrência de promoção do desenvolvimento sustentável, de direitos humanos e cidadania. Por fim, as metas relativas às instalações físicas, aos ambientes seguros nas escolas e à qualificação dos professores são apresentadas. O intuito da análise desses dados é subsidiar a decisão dos gestores no planejamento de suas iniciativas dentro das ações programáticas do Educa + RS, programa temático do PPA 2020-2023.

Educação pré-escolar

Uma das metas do ODS 4 é garantir que todas as crianças tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontas para o ensino fundamental (EF). Um dos indicadores que podem demonstrar a situação do RS no que diz respeito a essa meta é a taxa de participação no ensino organizado um ano antes da idade oficial de ingresso no ensino fundamental (IBGE, 2019).

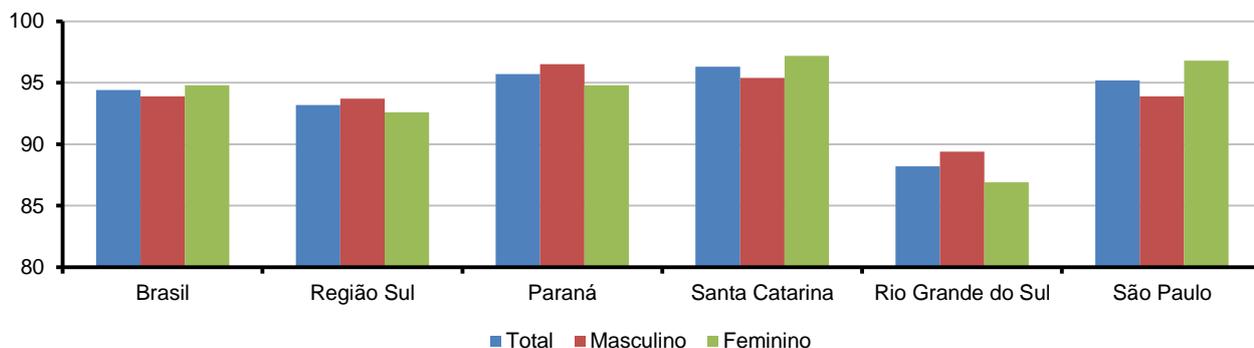
No Gráfico 1, pode-se ver que a média de percentual de frequência à escola de pessoas de cinco anos de idade da Região Sul é menor que a do Brasil, principalmente porque o percentual de crianças de cinco anos de idade que frequentavam a escola no Rio Grande do Sul em 2016 era muito



baixo. A Meta do Plano Estadual de Educação (PEE) era de que fosse universalizada até esse ano a pré-escola de crianças de quatro a cinco anos de idade.

Gráfico 1

Percentual de frequência à escola das pessoas de cinco anos de idade, por sexo, no Brasil e em locais selecionados — 2016



Fonte: IBGE (2019).

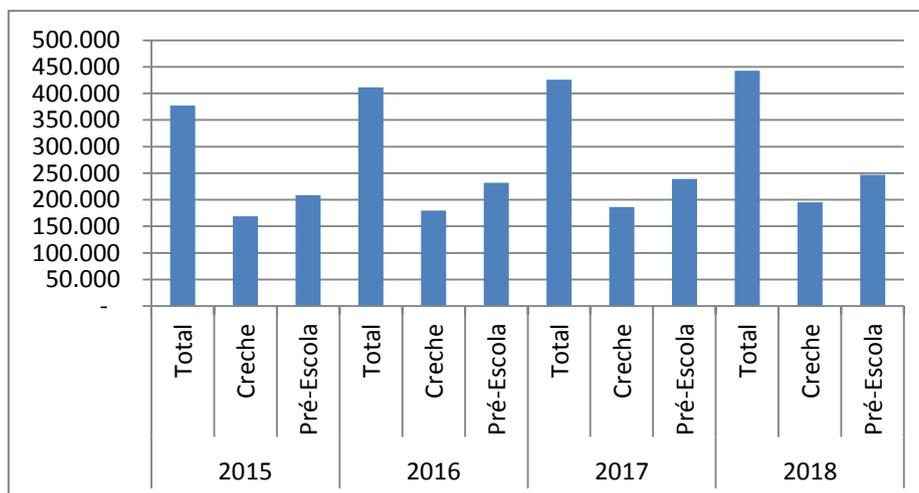
Para alcançar a meta, é necessário que os quase 12% de crianças de cinco anos que não frequentavam a escola em 2016, no RS, tenham acesso a esse serviço em 2030.

Em termos de matrículas em educação infantil, tanto especificamente na creche quanto na pré-escola, elas têm crescido no Rio Grande do Sul (Gráfico 2) desde 2015, data dos ODS para cá, alcançando 17% a mais de matrículas, sendo 19% na pré-escola e 16% na creche. Boa parte desse crescimento aconteceu de 2015 para 2016, provavelmente por força do PEE, ficando apenas 7% e 9% para 2016-2018, período de aprofundamento da crise econômica no país.

Aumentou de 2015 para 2018 o percentual e vagas nas escolas municipais no estado (de 58% para 62%), diminuindo a participação das escolas privadas (de 42% para 38%). O mesmo ocorreu com as matrículas na pré-escola: enquanto 64% eram municipais em 2015, em 2018 alcançaram 71%. Por parte das pré-escolas privadas, essas respondiam por 32% das matrículas em 2015, chegando a 2018 com 29%. Essa maior participação dos municípios na educação infantil foi um pouco maior no RS do que no Brasil.

Gráfico 2.

Matrículas na Educação Infantil, na creche e na pré-escola no Rio Grande do Sul de 2015 a 2018



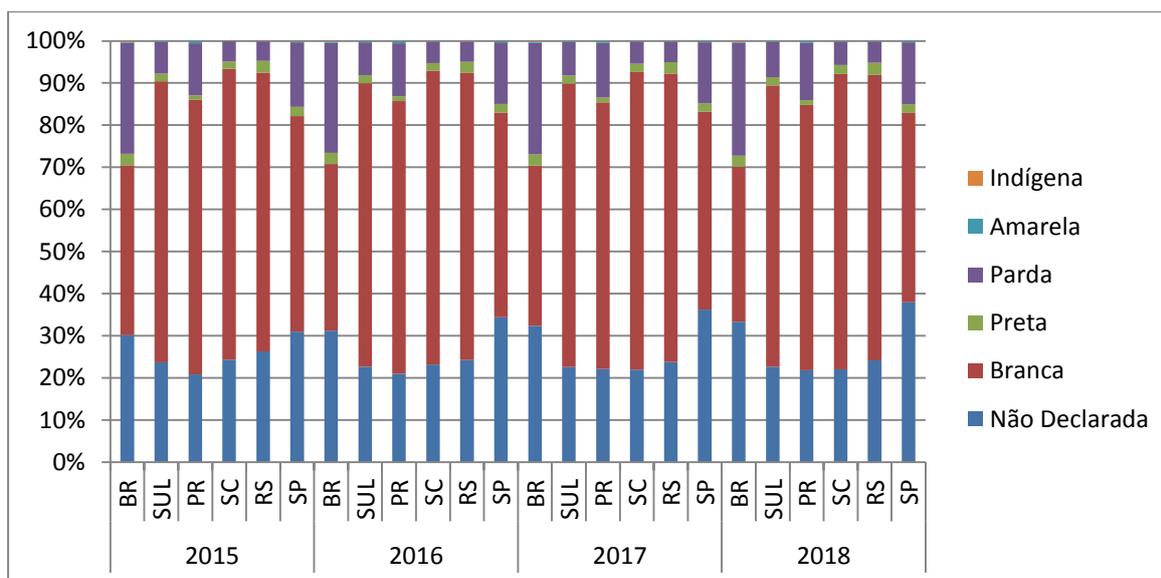
Fonte: INEP (2019).



É possível ainda observar que públicos têm ocupados essas vagas. Os meninos são a maioria matriculada nas creches, respondendo por 51-52% no Brasil, na Região Sul e em São Paulo ao longo dos anos analisados. Santa Catarina e Rio Grande do Sul são os estados que têm menor percentual de crianças do sexo feminino pretas e pardas matriculadas (Gráfico 3). Em todos os registros, entretanto, pelo menos 20% das matriculadas, não tiveram raça declarada.

Gráfico 3.

Percentual meninas matriculadas por raça na creche no Brasil e em locais selecionados de 2015 a 2018

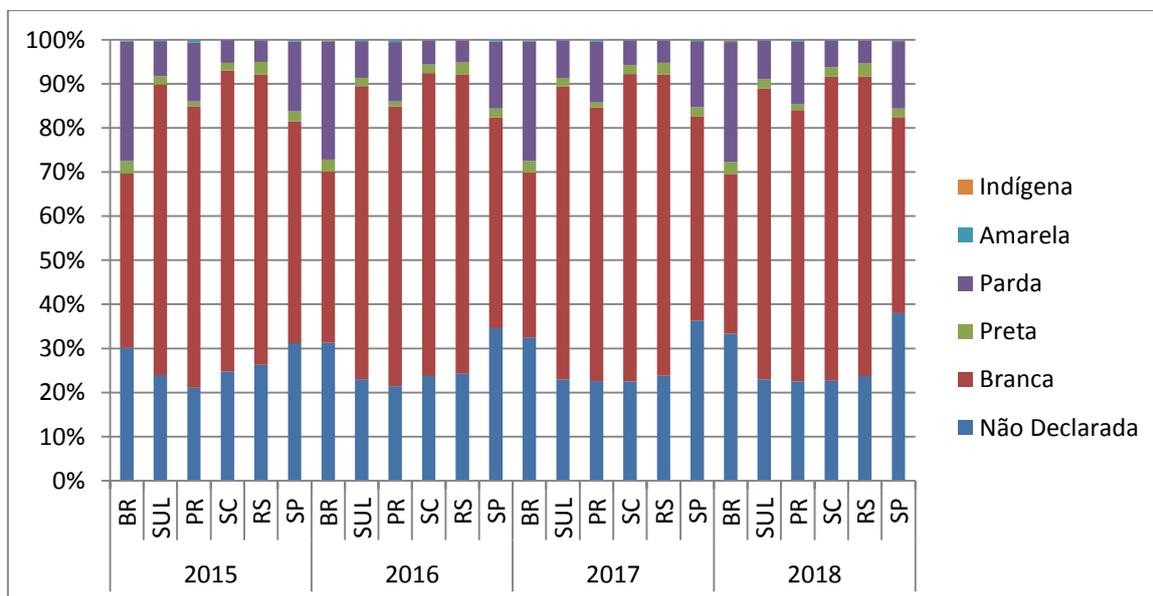


Fonte: INEP (2019).

A situação dos meninos por raça, mostrada no Gráfico 4, não difere muito das meninas, como mostrado no Gráfico 3.

Gráfico 4.

Percentual de meninos matriculados por raça na creche no Brasil e em locais selecionados de 2015 a 2018



Fonte: INEP (2019).



No caso das pré-escolas, a situação é semelhante: os meninos representam 51% das matrículas, porém, há um percentual um pouco maior de pretos e pardos matriculados no RS (8% de meninos e meninas na creche; 9% de meninas e 10% de meninos na pré-escola).

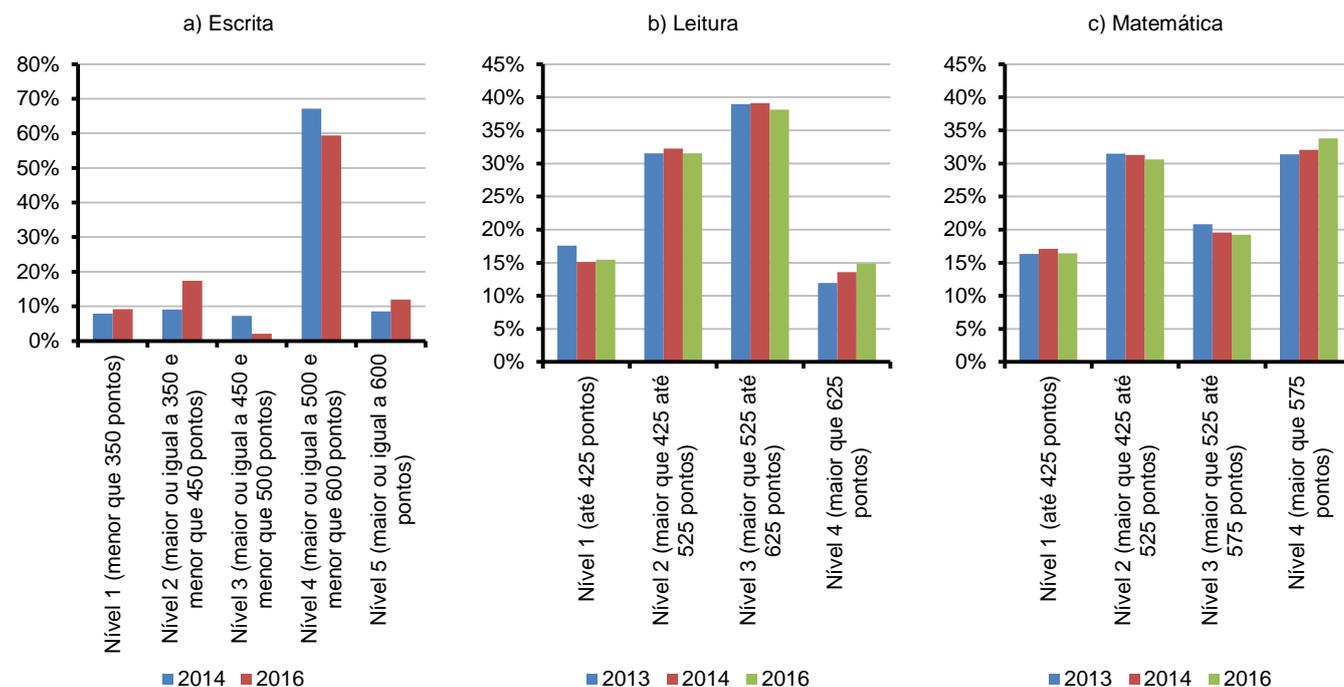
Ensinos fundamental e médio

Outra meta é garantir que todas as crianças completem os ensinos fundamental e médio, de forma gratuita, equitativa e de qualidade, e que estes conduzam a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.

A Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) foi instituída para a avaliação da alfabetização através de um teste do desempenho do aluno no terceiro ano do EF. O teste de desempenho tem, desde 2013, o objetivo de medir a leitura dos alunos e a alfabetização em Matemática. A escrita foi avaliada também a partir de 2014. O número de níveis de proficiência varia de acordo com a prova, como pode-se ver no Gráfico 5. Em escrita, aumentaram os alunos com nível de maior proficiência de 2014 para 2016¹. Os alunos classificados nos níveis 4 e 3 (desempenho médio e acima da média) diminuíram, ao passo que aqueles classificados nos níveis 1 e 2 (desempenho abaixo da média) aumentaram, indicando que, de uma forma geral, a mudança não foi positiva. Na leitura, o quadro é mais favorável, tendo diminuído, de 2013 a 2016, o número de alunos no nível 1 e aumentado o número de alunos do nível 4. Em Matemática, também aumentaram os alunos no nível 4, porém os do nível 1 ficaram praticamente na mesma quantidade.

Gráfico 5

Distribuição percentual dos estudantes do terceiro ano do ensino fundamental, por nível de proficiência, no Rio Grande do Sul — 2013, 2014 e 2016



Fonte: INEP (2019)

¹ A próxima prova de alfabetização no Brasil está programa para ser realizada ao final de 2019.

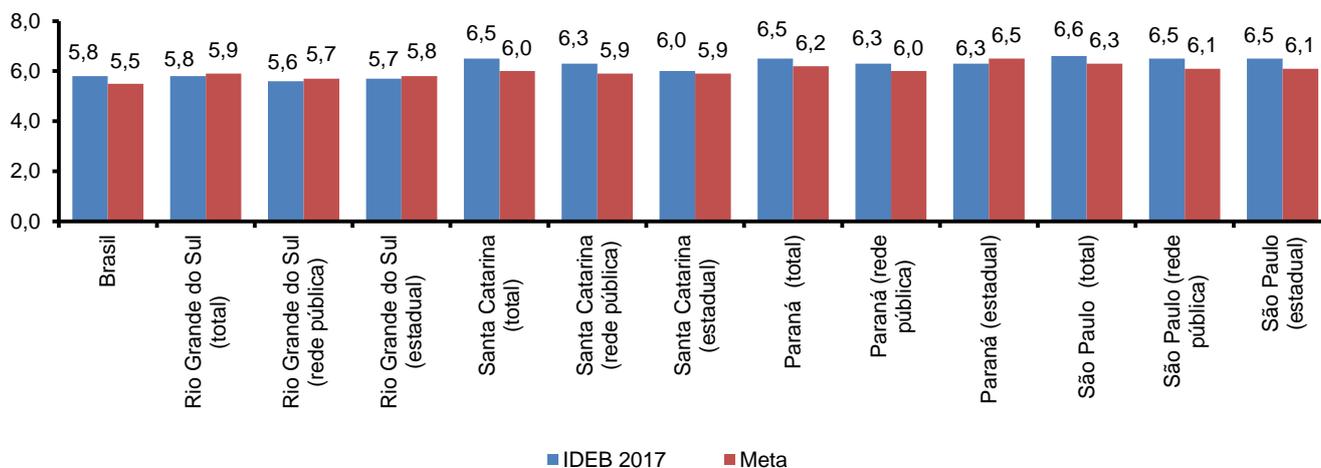


Outro indicador que pode ser usado para aferir qualidade é a proporção de crianças e jovens que alcançaram um nível mínimo de proficiência em leitura e Matemática nos respectivos níveis de ensino e estão na série correta para a sua idade. Desde 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) avalia a qualidade da educação a partir de dois indicadores: o fluxo escolar, com dados do Censo Escolar, e a média de desempenho nas avaliações obtidas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e pela Prova Brasil. Levando em conta esses dois indicadores, o IDEB varia de zero a 10, e pode ser analisado por escola, por município e por estado. A cada dois anos, dá-se a construção de um novo IDEB para essas diferentes unidades, que pode ser comparado com a meta desejada, tanto para o total da rede pública como, especificamente, para a rede estadual.

De acordo com o Gráfico 6, em 2017, o Rio Grande do Sul não alcançou suas metas nas séries iniciais do EF. O índice estadual total foi igual ao nacional, porém ficou aquém de sua meta. Nesse nível de ensino, o cenário do índice gaúcho é bem diferente do dos outros estados da Região Sul e de São Paulo, pois, com exceção da rede estadual do Paraná, todas as metas foram alcançadas. Além disso, os índices gaúchos são menores que os desses estados².

Gráfico 6

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) versus meta dos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil e em estados selecionados — 2017



Fonte: INEP (2019).

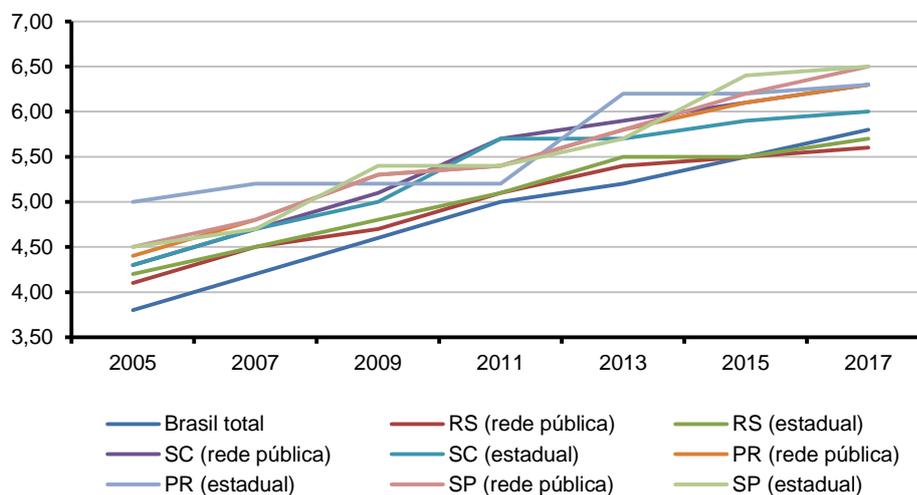
Ademais, a não consecução da meta no RS, em 2017, interrompeu uma sequência de anos seguidos (de 2007 a 2015) em que o Estado conseguiu atingir o objetivo, embora tenha havido crescimento constante até 2017, como pode ser observado no Gráfico 7. Note-se, no entanto, que especificamente a rede estadual gaúcha ficou exatamente com a mesma nota do que a rede pública como um todo (que engloba também as escolas municipais, sendo o número de federais muito pequeno) em 2007, 2011 e 2015, mas que, em geral, tem desempenho melhor. Em 2005, o RS encontrava-se bastante acima da média brasileira, embora atrás dos outros estados, sendo ultrapassado pela média nacional em 2017.

² Há diferença nos níveis de municipalização do EF nos estados em questão.



Gráfico 7

Desempenho dos anos iniciais do ensino fundamental no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no Brasil e em estados selecionados — 2005-2017



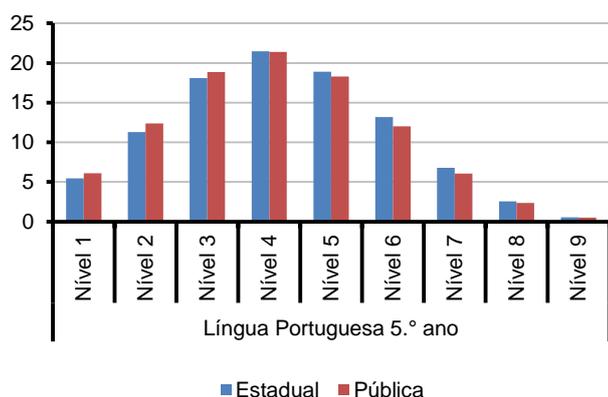
Fonte: INEP (2019).

No Gráfico 8, verifica-se a distribuição dos alunos nos níveis de proficiência das provas. Percebe-se que os alunos da rede estadual estão, em maior frequência, em níveis superiores aos da rede pública em geral (nesse caso, estadual mais municipal).

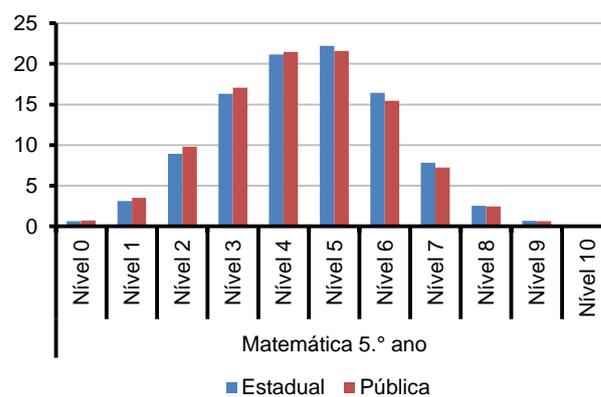
Gráfico 8.

Distribuição percentual dos estudantes das redes estadual e pública total, por nível de proficiência no 5.º ano, no Rio Grande do Sul — 2017

a) Língua Portuguesa



b) Matemática



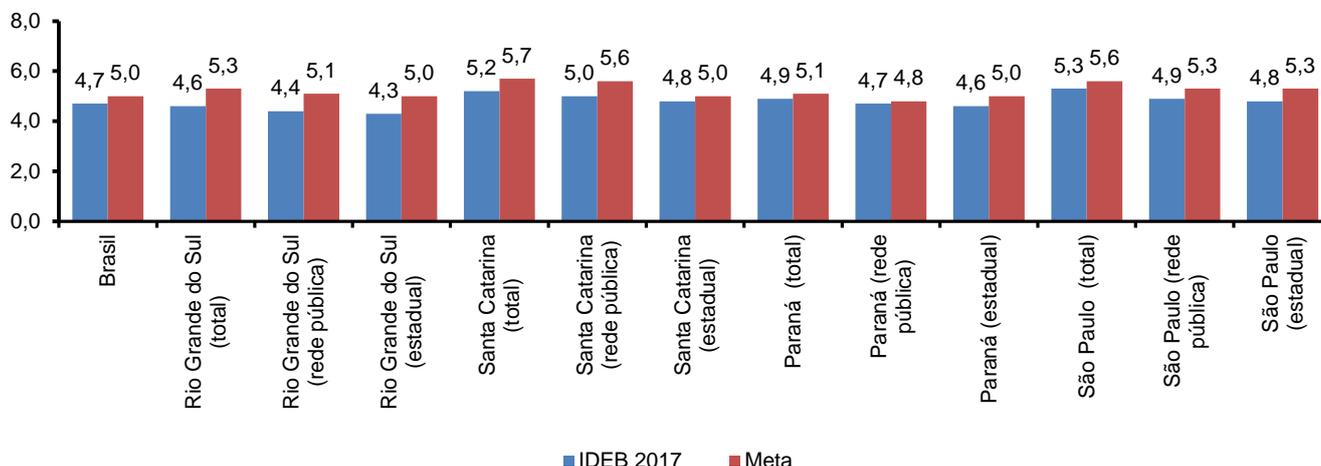
Fonte: INEP (2019).

Quando são verificados os anos finais do EF, mesmo tendo havido crescimento quase constante do índice desde o início da avaliação, as metas estabelecidas para o RS não vêm sendo atingidas desde a avaliação de 2011 (Gráfico 9).



Gráfico 9

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) *versus* meta dos anos finais do ensino fundamental no Brasil e em estados selecionados — 2017

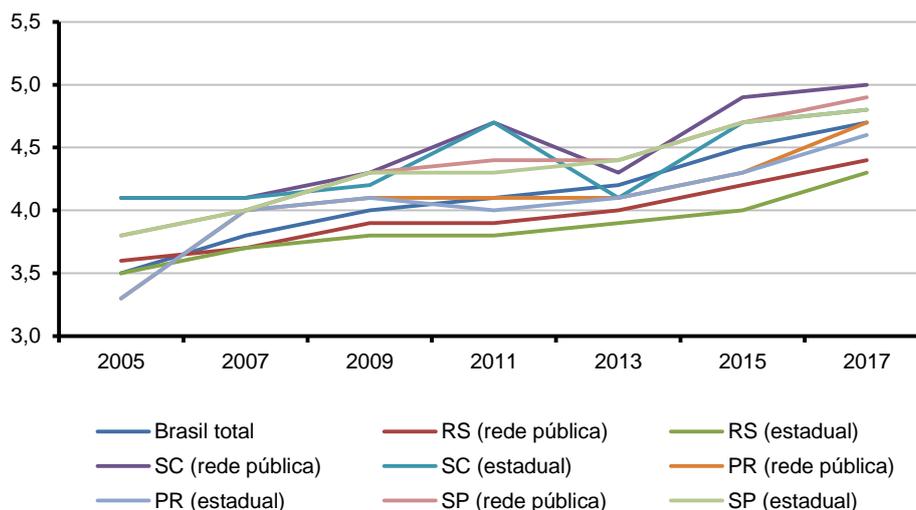


Fonte: INEP (2019).

No caso dos anos finais (Gráfico 10), em nenhum momento desse período o RS esteve à frente do Brasil, e, ao contrário dos anos iniciais, o desempenho da rede estadual é pior do que o desempenho da rede pública como um todo. Santa Catarina e São Paulo têm resultados melhores do que a média nacional, enquanto o Paraná, nos últimos anos, manteve-se predominantemente abaixo.

Gráfico 10

Desempenho dos anos finais do ensino fundamental no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no Brasil e em estados selecionados — 2005-2017



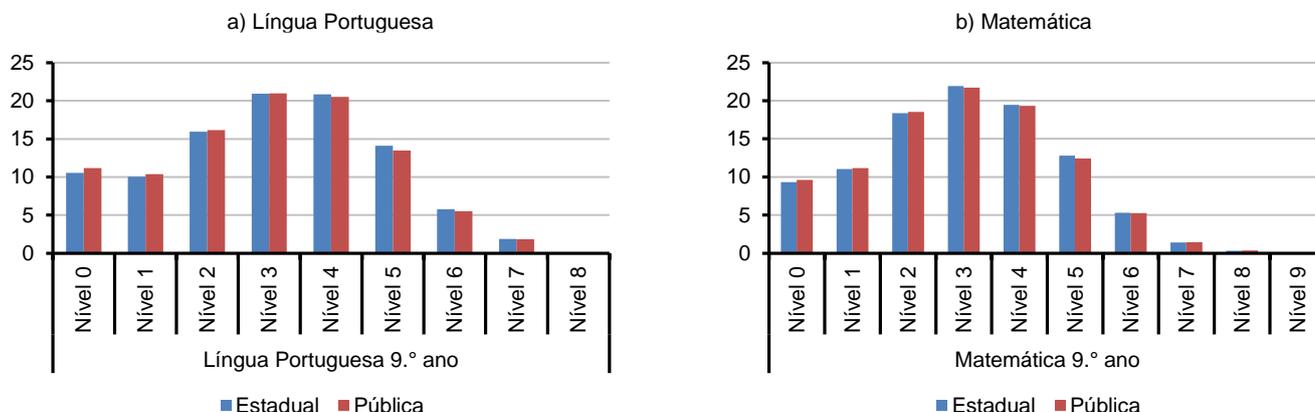
Fonte: INEP (2019).

Em relação à distribuição dos alunos nos níveis de proficiência, no Gráfico 11 aponta-se menor vantagem das escolas estaduais em relação ao total das públicas (estaduais somadas às municipais), especialmente no que diz respeito à Matemática, mas de qualquer forma, ainda apresenta vantagem, demonstrando o peso no IDEB do fluxo escolar.



Gráfico 11.

Distribuição percentual dos estudantes das redes estadual e pública total, por nível de proficiência no 9.º ano, no Rio Grande do Sul — 2017

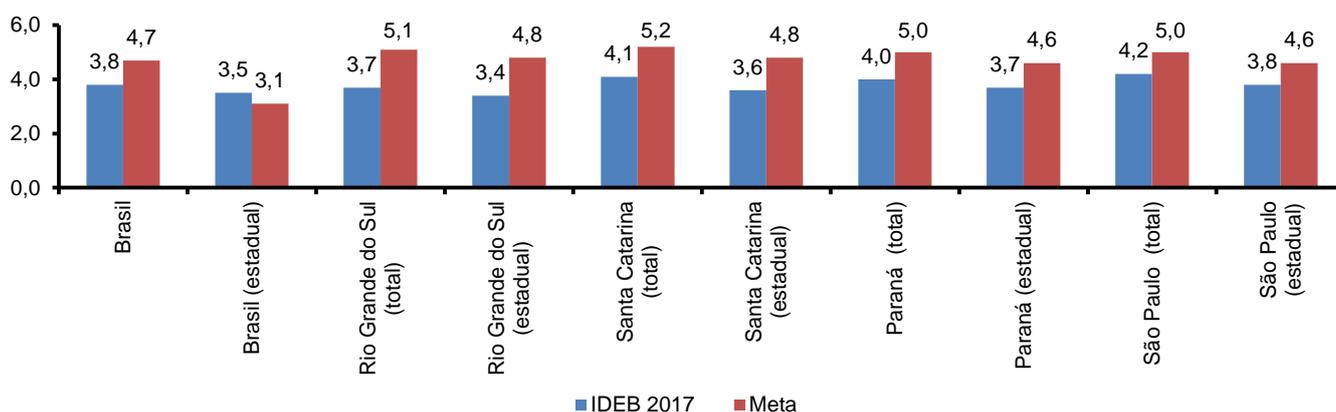


Fonte: INEP (2019).

O cenário do ensino médio no RS (Gráfico 12) é bem próximo ao do dos anos finais do EF, mas com o agravante de que as metas não são alcançadas desde 2009, o que aumenta ainda mais a diferença entre o índice desejado e o obtido.

Gráfico 12

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) versus meta do ensino médio no Brasil e em estados selecionados — 2017



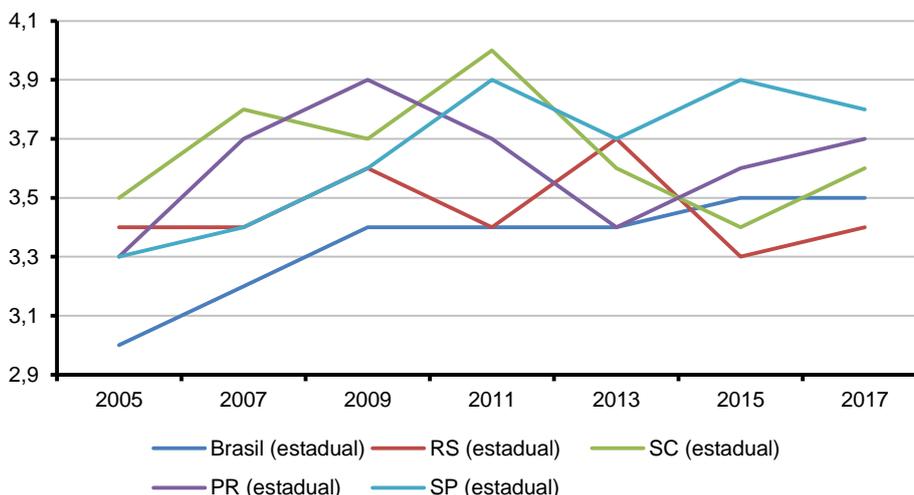
Fonte: INEP (2019).

Em 2011, como o Gráfico 13 demonstra, a média da rede estadual gaúcha esteve igual à média nacional, depois de um período apresentando resultados superiores. Recuperou-se um pouco em 2013, voltando a cair posteriormente, permanecendo, nas duas últimas avaliações com desempenho inferior ao brasileiro. A rede estadual de Santa Catarina também piorou nos últimos anos, enquanto a do Paraná melhorou, e a de São Paulo mantém-se desde 2011 bastante acima da média nacional.



Gráfico 13

Desempenho do ensino médio no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no Brasil e em estados selecionados — 2005-2017



Fonte: INEP (2019).

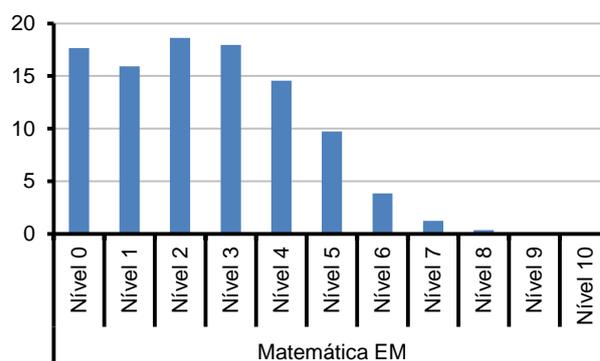
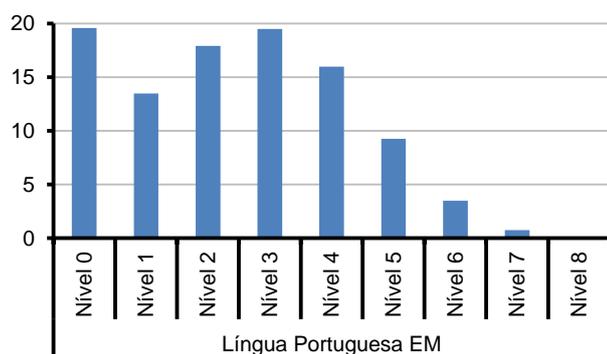
Em relação à distribuição dos alunos nos níveis de proficiência, o ensino médio é o único caso em que a quantidade de alunos no nível zero supera (no caso de Língua Portuguesa) ou quase alcança (no caso de Matemática) os níveis intermediários. Esses resultados, ilustrados no Gráfico 14, apontam a necessidade de atenção urgente para uma taxa maior de sucesso nesse nível de ensino.

Gráfico 14

Distribuição percentual dos estudantes da rede estadual, por nível de proficiência no ensino médio (EM), no Rio Grande do Sul — 2017

a) Língua Portuguesa

b) Matemática



Fonte: INEP (2019).

Os diferentes anos em que o Rio Grande do Sul deixou de alcançar as metas (2009, 2011 e 2015) demonstram que a deterioração desses índices no Estado não é resultado de apenas um governo. Embora somente as políticas de ensino médio sejam de competência do Governo estadual, se a qualidade do ensino fundamental não é melhorada, o reflexo se dá no nível subsequente.

O IDEB, como mencionado, também é composto por uma variável de fluxo, que diz respeito à adequação das idades dos alunos com as séries que eles frequentam. A distorção idade-série, isto é,



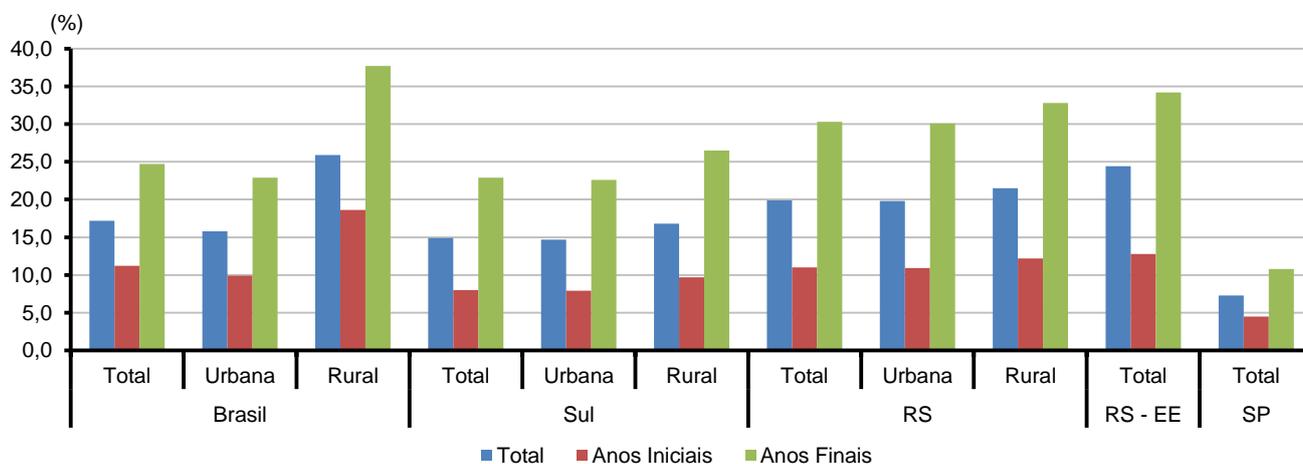
quando os alunos se encontram dois anos ou mais em atraso escolar em relação à sua idade, é sempre maior nos anos finais do EF do que nos iniciais (note-se que há normativas para que os alunos não sejam reprovados antes do terceiro ano), sendo também a distorção rural sempre maior do que a urbana (Gráfico 15). A educação em zonas rurais é um desafio maior, devido às grandes distâncias e às diferenças culturais.

O Rio Grande do Sul encontrava-se, em 2018, em situação pior do que a média do País (17,2%). A cada 100 alunos do EF no RS, 19,9 estavam dois ou mais anos atrasados em relação ao que seria esperado. Se somente a rede estadual for analisada, esse número sobe ainda mais, para 24,4. Comparando-se à média dos estados da Região Sul, é possível perceber que o RS é responsável por elevá-la, já que essa é de 14,9%, menor do que a média dos gaúchos. Em São Paulo, para comparar com um estado que costuma ter melhores indicadores nessa área, a taxa é de um dígito somente, 7,3%.

Em comparação a 2008, tanto o País quanto o Estado melhoraram um pouco seus indicadores (para 22,1% e 21,6% respectivamente). O avanço da média nacional foi de 22%, ao passo que o avanço estadual foi de 8%. As escolas estaduais gaúchas, no entanto, não demonstraram qualquer melhora, apresentando o mesmo percentual de 10 anos antes. A correção de fluxo pode ser feita com metodologias específicas, como Acelera, Se Liga e Trajetórias Criativas, ou por meio do reforço da alfabetização e da aprendizagem para que não seja necessária a aplicação de medidas corretivas. A Região Sul como um todo melhorou essa taxa em 16%.

Gráfico 15

Distorção idade-série do ensino fundamental no Brasil e em locais selecionados — 2018



Fonte: INEP (2019).

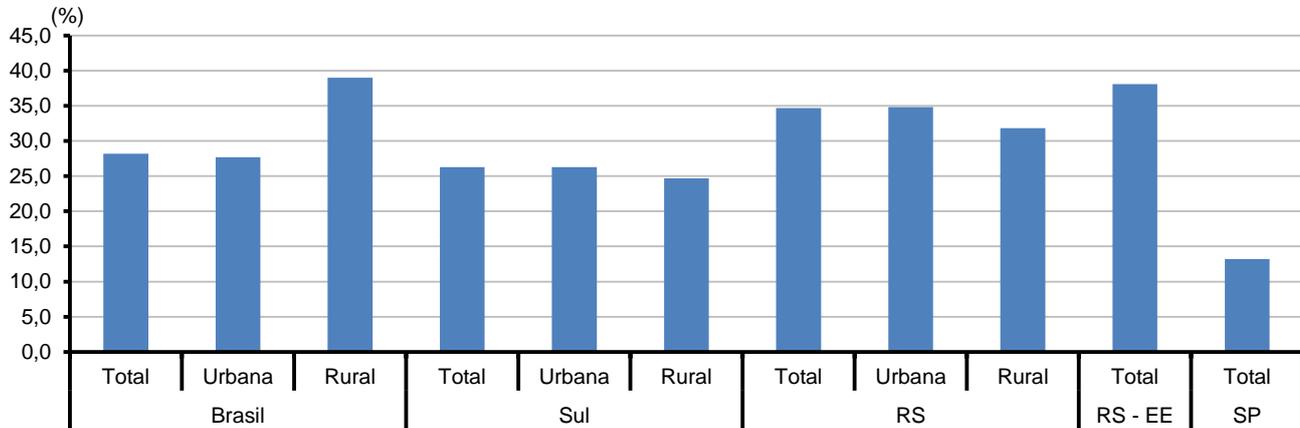
Nota: EE corresponde à escola estadual.

No ensino médio (Gráfico 16), há uma diferença em relação ao EF: a distorção na zona rural do RS é menor do que na zona urbana e menor do que a taxa de distorção da zona rural brasileira. No entanto, quando se trata do total, o Rio Grande do Sul apresenta números piores e ainda mais distantes da média nacional.



Gráfico 16

Distorção idade-série do ensino médio no Brasil e em locais selecionados — 2018



Fonte: INEP (2019).

Nota: EE corresponde à escola estadual.

Enquanto a taxa de distorção idade-série do Brasil para o ensino médio, em 2018, foi de 28,2%, no RS ela foi de 34,7%. Isso significa que, de cada 100 estudantes do ensino médio gaúcho, mais de um terço está com atraso de dois ou mais anos em relação ao desempenho esperado. Novamente, a rede estadual apresentou desempenho ainda pior do que a média (38,1%). O total para a Região Sul foi de 26,1%, ainda muito acima da taxa de São Paulo, 13,2%. Em relação a 2008, o Brasil e a Região Sul melhoraram um pouco, ainda que menos do que no caso do ensino fundamental (16% e 4% respectivamente), ao passo que o RS teve taxas maiores do que tinha há 10 anos, quase 4% pior no total e 3% nas escolas estaduais.

A taxa de distorção está relacionada com os principais indicadores de rendimento escolar, isto é, as taxas de aprovação, reprovação e abandono. Por isso, era esperado que as crianças gaúchas estivessem sendo menos aprovadas do que a média nacional. No ensino fundamental, em 2017, a média nacional de aprovação foi de 91 em cada 100 estudantes. No Rio Grande do Sul, a aprovação foi de 88 em cada 100. Essas taxas são menores, especificamente, no terceiro ano dos anos iniciais (89,5% no Brasil e 86,4% no RS) e no sexto ano dos anos finais (84,5% e 79,1% respectivamente). No ensino médio, o desempenho dos estudantes do RS é ainda pior: 72,8% dos alunos gaúchos são aprovados ante 83,1% da média nacional. O primeiro ano do ensino médio é o mais problemático, com apenas 63,9% de aprovação no Estado. Esse é também o ano com maior taxa de abandono, atingindo nove em cada 100 estudantes no RS. A taxa de abandono no ensino médio é maior entre os estudantes gaúchos do que a média nacional, o que chama a atenção para a necessidade de políticas para esse público específico.

Educação técnica, profissional e superior

Também é meta do ODS 4 assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade. O IPEA (2018) adaptou as metas globais para a realidade brasileira em alguns casos. Especificamente

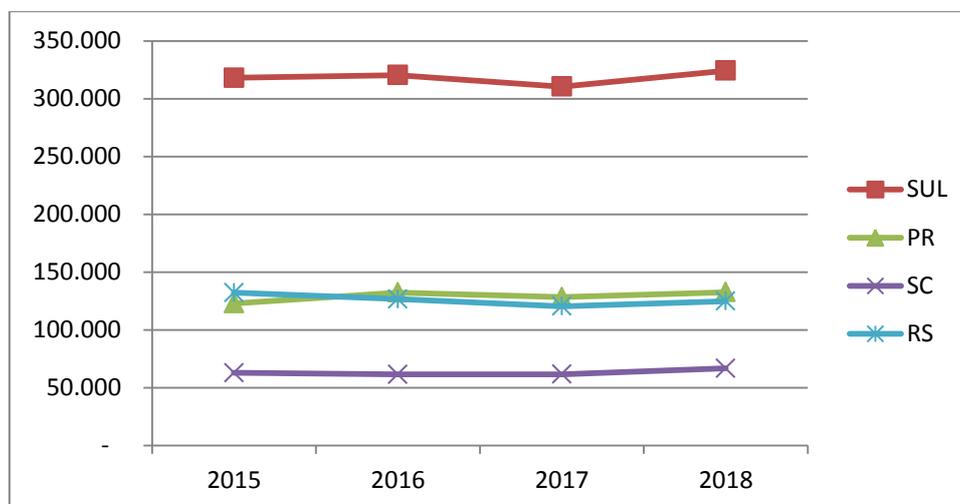


nesse, incluiu a questão da equidade (gênero, raça, renda, território e outros exemplos) de acesso e permanência.

Os dados de 2015 a 2018 mostram que as matrículas na educação profissional no país tiveram uma queda em 2016 e 2017, mas quase recuperaram o patamar inicial em 2018. Na região Sul, em 2018, os números eram um pouco superiores aos de 2015, sendo o Rio Grande do Sul a exceção (Gráfico 17)³.

Gráfico 17

Número de matrículas no Ensino Profissional – 2015-2019

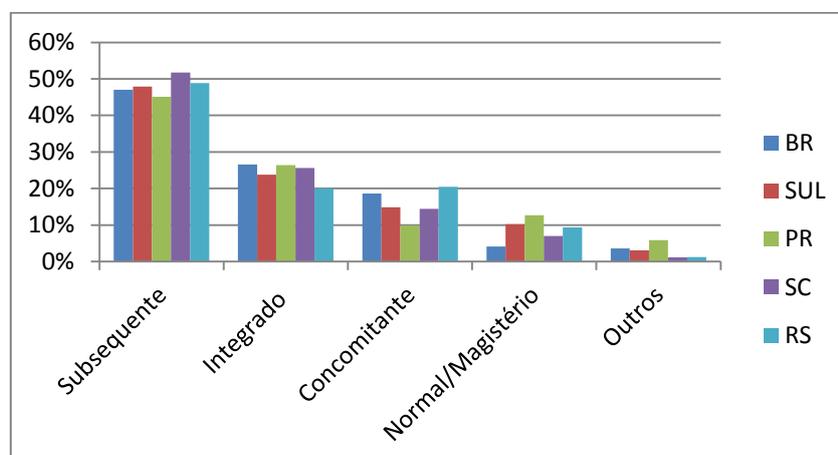


Fonte: INEP (2019).

Quase metade dessas matrículas concentra-se no ensino técnico subsequente⁴, como pode ser observado no Gráfico 18. Essa modalidade perdeu matrículas desde 2015, tanto na Região Sul quanto no país. Mais da metade dessas vagas é na rede privada.

Gráfico 18

Percentual de matrículas nas diferentes modalidades de Ensino Profissional - 2018



Fonte: INEP (2019).

³ Rio Grande do Sul e Paraná possuem populações de magnitudes semelhantes. A população de Santa Catarina, por sua vez, é bastante inferior às dos outros dois estados.

⁴ Direcionado para alunos que já concluíram o ensino médio.



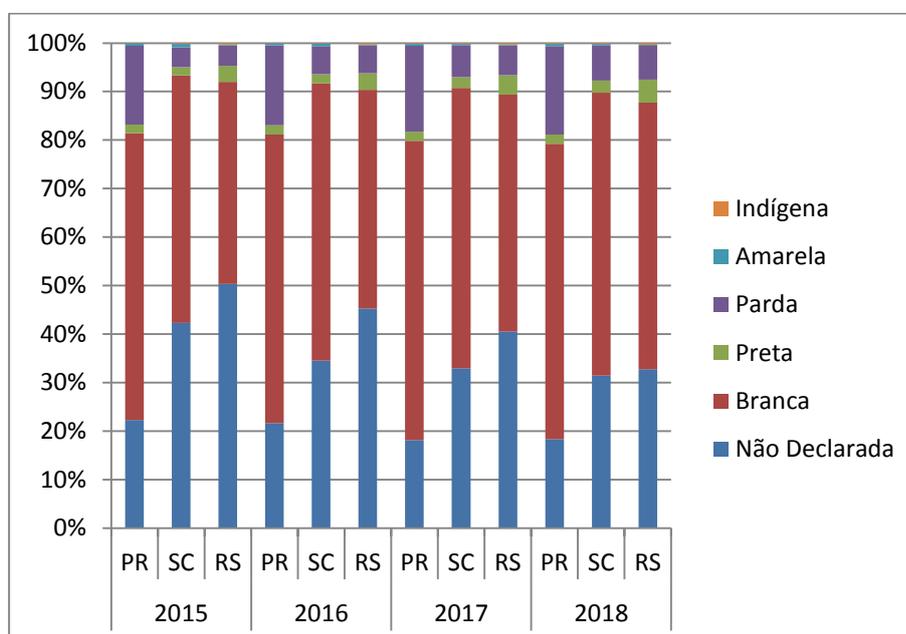
O ensino médio integrado⁵ concentra o segundo maior número de matrículas. A rede estadual possui a maior oferta de matrículas, e segue uma tendência de ampliação de matrículas a cada ano. O RS aumentou a participação dessa modalidade, assim como os demais estados da região Sul e o país, porém, os gaúchos ainda apresentam menor proporção dessas matrículas se comparado aos demais estados da região.

Também são expressivas as matrículas em curso técnico concomitante⁶ (terceiro maior número), que segue a tendência geral de ampliação, embora tenham ficado estagnadas entre 2016 e 2017. No caso específico do RS, cresceu bastante esse número em 2016, caindo quase o mesmo percentual em 2017, voltando ao patamar de 2015 em 2018. A oferta dessas matrículas é predominantemente privada (65% no Brasil, 49% em SC, e cerca de 95% no PR e no RS).

As matrículas de ensino médio normal/magistério decresceram muito no país, mas se mantiveram praticamente estáveis na Região Sul e em cada um de seus estados. As demais modalidades concentram percentuais muito pequenos de participação.

Em relação à distribuição dessas matrículas no ensino profissional por sexo e por raça, em 2018, no Brasil e no PR, 56% das vagas eram preenchidas por mulheres, sendo que no RS representavam 57%, em SC 49%. Nos Gráficos 19 e 20, percebe-se o pequeno percentual de pardos e pretos, sendo esse maior no Paraná. De 2015 a 2018, o RS aumentou essa participação em ambos os sexos, ainda que tenha um enorme percentual de matrículas cuja raça não foi declarada.

Gráfico 19
Percentual de matrículas no ensino profissional do sexo feminino por raça entre 2015 e 2018



Fonte: INEP (2019).

⁵ Nessa modalidade, o aluno faz a formação nas duas modalidades, ensino médio regular e profissionalizante, com apenas uma matrícula, numa mesma escola.

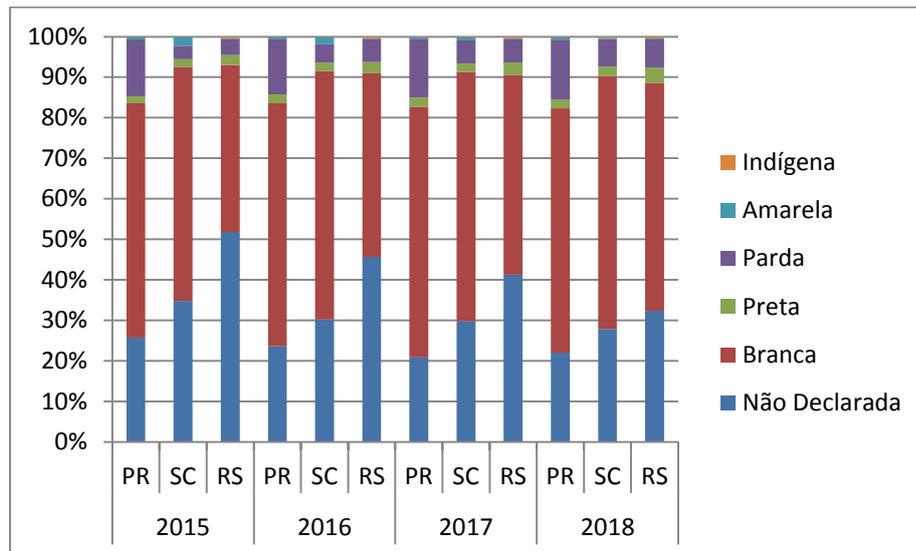
⁶ Nesse caso, há a necessidade de matrículas distintas para o ensino regular e o profissional, podendo ser na mesma ou em distintas instituições.



Se comparados os gráficos 19 e 20, percebe-se que mulheres pretas e pardas tem um ponto percentual a mais de matrícula do que os homens pretos e pardos.

Gráfico 20

Número de matrículas no ensino profissional do sexo masculino por raça entre 2015 entre 2018

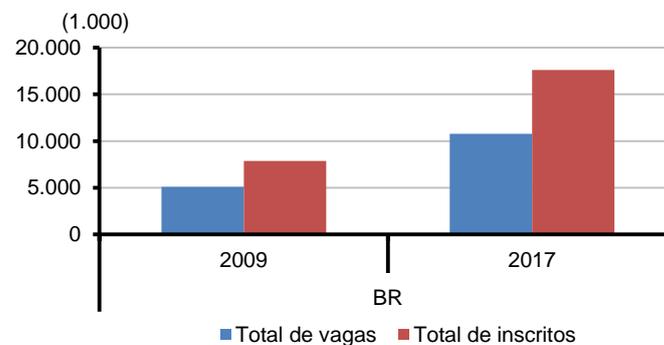


Fonte: INEP (2019).

Em relação ao acesso ao ensino superior, é possível comparar os dados dos Censos da Educação Superior (2009-17), para contrapor o número de vagas oferecidas e o número de inscritos para essas vagas, como forma de ter alguma aproximação do que seria a demanda nas localidades — ainda que haja uma série de questões que interferem na realização da matrícula, na manutenção dos alunos nos cursos e na sua conclusão. Na realidade nacional (Gráfico 21), percebe-se que as vagas e o percentual de inscritos crescem quase proporcionalmente, com o número de inscritos crescendo um pouco mais.

Gráfico 21

Número de vagas oferecido e número de inscritos para vagas em instituições de nível superior no Brasil — 2009 e 2017



Fonte: INEP (2019).

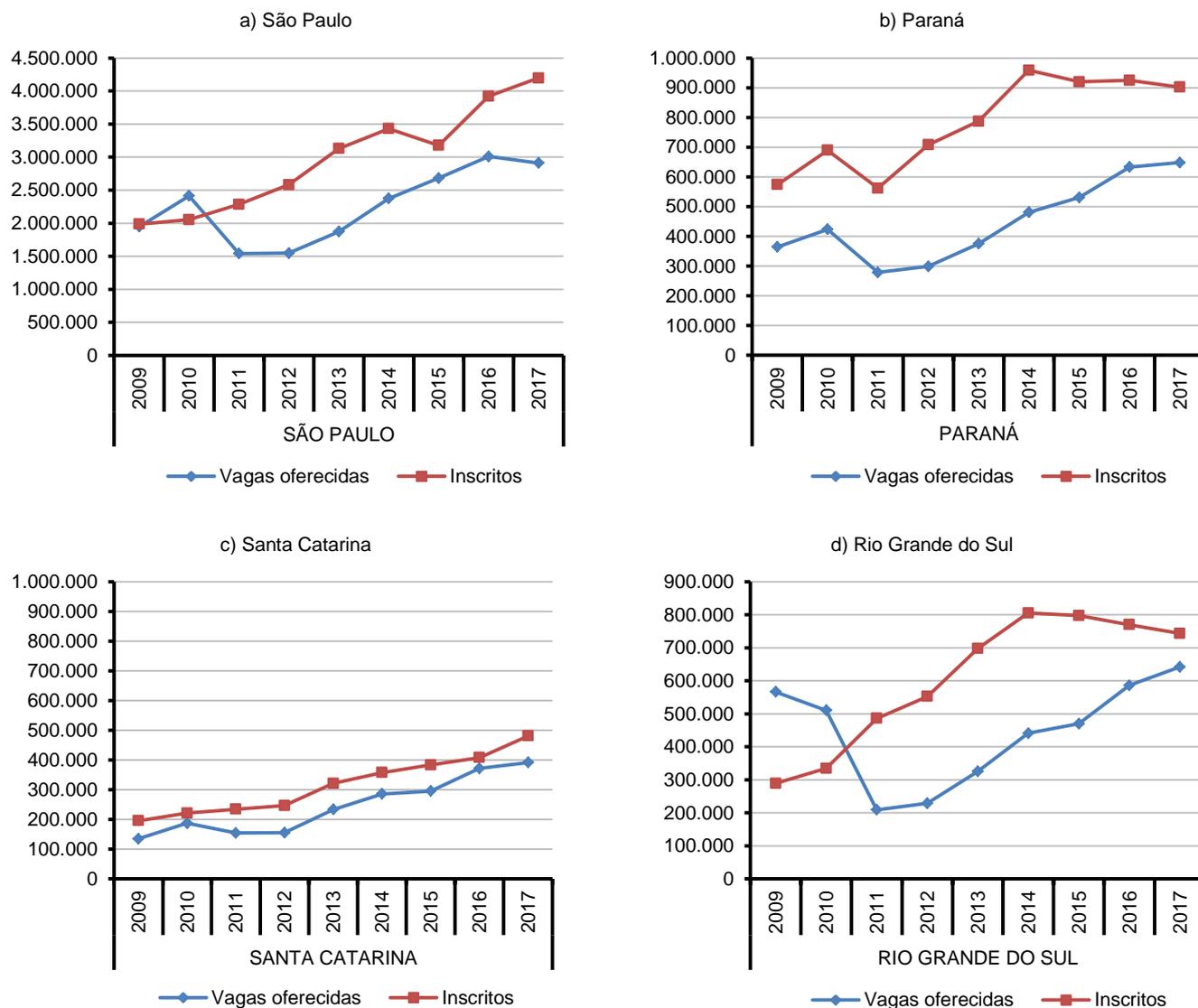


No Gráfico 22, percebe-se que RS e São Paulo foram os únicos estados que tiveram mais vagas do que inscritos (o RS por mais anos), mas somente no começo da série. Percebe-se uma forte queda no número de vagas ofertadas em 2012, que se dá principalmente nas vagas de instituições privadas, decorrentes da crise econômica. De qualquer forma, no final da série, em 2017, as vagas oferecidas eram em maior número do que no começo da série, em 2009. Olhando especificamente para o RS, esse estado tinha mais vagas do que o Paraná em 2009, mas foi superado por este último em 2017.

O número de inscritos, por sua vez, cresceu amplamente até 2014, com exceção de Santa Catarina, que foi o único estado que apresentou uma tendência linear nesse número e também na oferta de vagas. O crescimento do número de inscritos deveu-se, principalmente, ao Sistema de Seleção Unificado (SISU), em 2010, por meio do qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). No RS e no Paraná, a partir de 2013, o número de inscritos parece ter-se estabilizado e começado a cair.

Gráfico 22

Número de vagas oferecido e número de inscritos para vagas em instituições de nível superior em estados selecionados — 2009-17



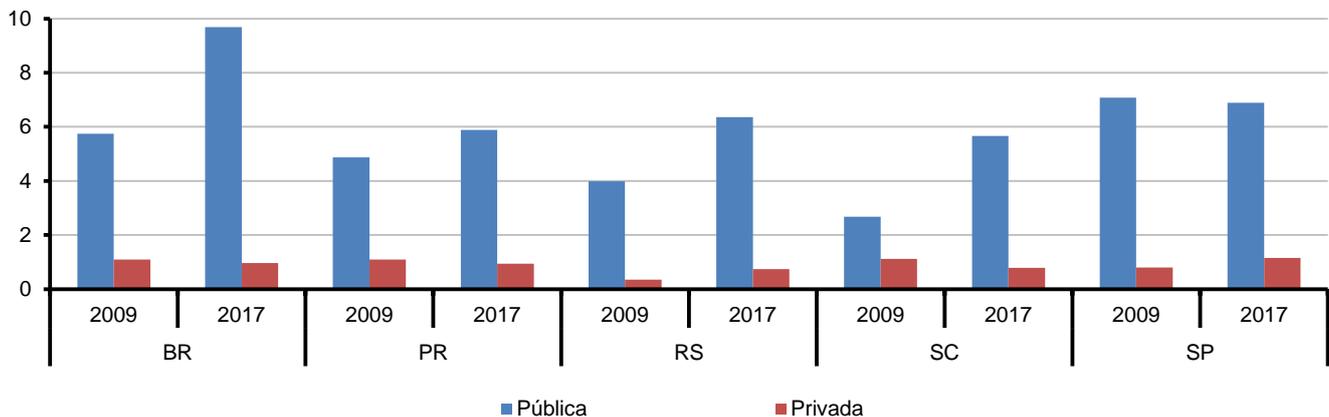
Fonte: INEP (2019).



Esses mesmos dados podem ser abertos por esfera (pública ou privada). Dessa forma, é possível perceber se, conforme estabelece a meta, as vagas são consideradas acessíveis em termos monetários. Em 2017, segundo o Gráfico 23, no Brasil, sobraram vagas nas instituições privadas, o que não acontecia em 2009. O número de inscritos por vaga nas instituições públicas do País cresceu bastante, de pouco menos que seis em 2009 para quase 10 em 2017. Cresceu também nos três estados da Região Sul, isto apesar da forte expansão dessas vagas que aconteceu no RS em 2013, cujo número foi de 27.753 para 43.092. Em São Paulo, no entanto, ocorreu uma situação diversa: diminuiu, ainda que apenas de 7,1 para 6,9, o número de candidatos por vaga nas instituições públicas e cresceu um pouco nas privadas. Dos estados analisados, o RS é aquele no qual mais sobram vagas nas universidades privadas, apesar de ter crescido um pouco o número de inscritos, ao contrário dos outros estados da Região Sul, nos quais o número de inscritos para vagas em universidades privadas caiu.

Gráfico 23

Número de inscritos por vagas públicas e privadas no Brasil e em estados selecionados — 2009 e 2017



Fonte: INEP (2019)

Em São Paulo, dentro das vagas públicas, as instituições estaduais apresentam quatro vezes mais vagas do que as federais. O Rio Grande do Sul fica no outro extremo, sendo suas vagas na universidade estadual correspondentes a apenas 5% das vagas nas federais — havendo espaço para o Governo do Estado contribuir para alcançar essa meta. No Brasil, as vagas em estaduais representam cerca de 50% das federais. Santa Catarina estava próxima da média nacional em 2009 (56%), mas em comparação às vagas federais, as estaduais representaram 31,8% em 2017. O Paraná, no entanto, apresenta quase 40% de vagas a mais nas instituições estaduais.

Habilidades técnicas e profissionais

Outra meta do ODS 4 é aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. Um indicador possível a essa meta é a proporção de jovens e adultos com habilidades em tecnologias de informação e comunicação (TIC). A mensuração específica dessas habilidades não é realizada, entretanto é possível saber em quantas escolas os alunos têm acesso ao material necessário a esse aprendizado, o que é fundamental para que essas habilidades sejam desenvolvidas — ainda que seja necessária a disponibilidade frequente dos computadores para os

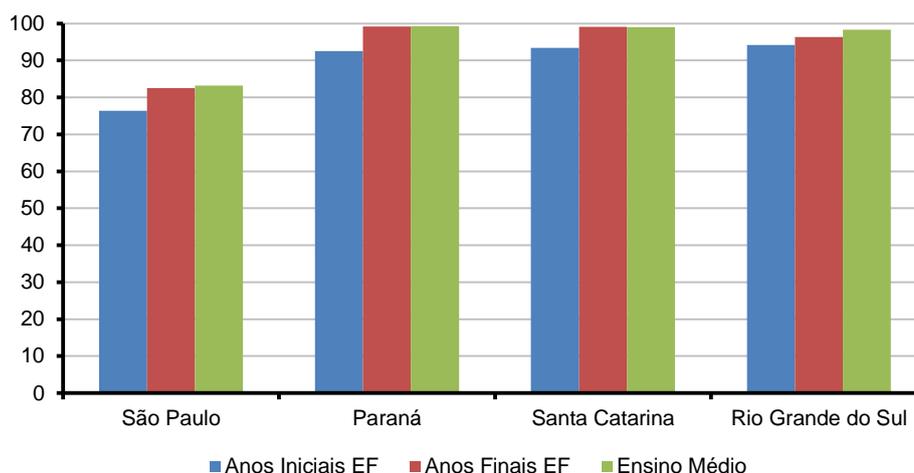


alunos, assim como um técnico para ajudar nas tarefas pedagógicas a serem realizadas nos laboratórios de informática.

Nos Gráficos 24 e 25, o Rio Grande do Sul apresenta o percentual de escolas com acesso à *internet* e com computadores para fins pedagógicos um pouco superior ao dos demais estados nos anos iniciais do EF.

Gráfico 24

Percentual de escolas com acesso à internet nos estados da Região Sul e em São Paulo — 2017

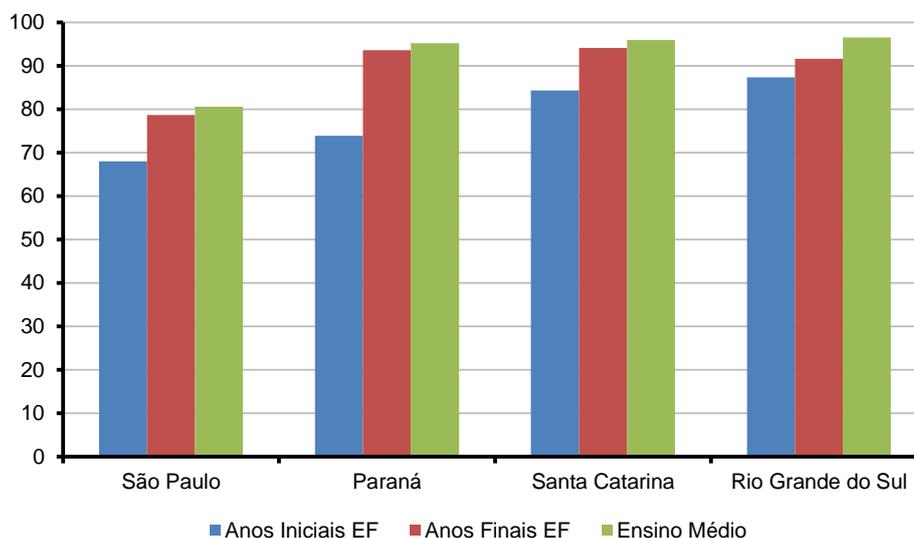


Fonte: IBGE (2019).

Essa vantagem, no entanto, é perdida nos anos finais, embora tenha percentual superior ao dos anos iniciais do EF. Os dados referentes ao ensino médio são muito parecidos com esses, com todos os estados melhorando também em relação aos computadores disponibilizados — no RS, chega-se a 96,5%.

Gráfico 25

Percentual de escolas com computador para fins pedagógicos nos estados da Região Sul e em São Paulo — 2017



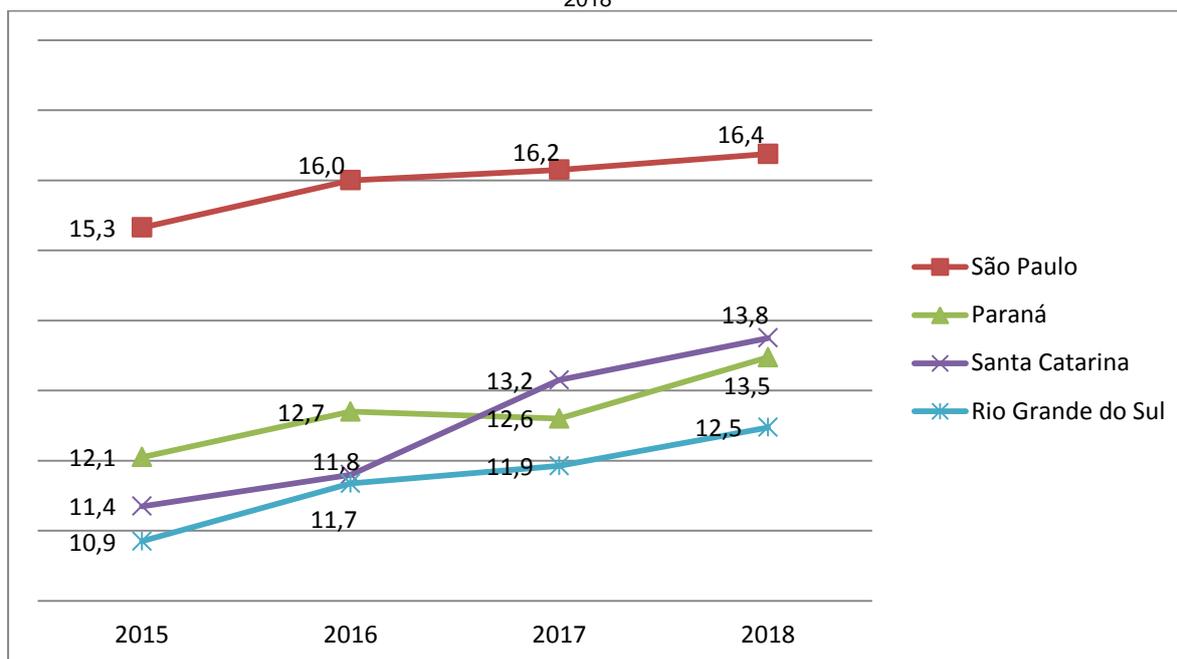
Fonte: IBGE (2019).



Outra medida que tangencia a questão de jovens e adultos com habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, é o percentual de população com ensino superior. Conforme descrito no Gráfico 26, o Rio Grande do Sul tem aumentando o seu percentual de 2015 para 2018, ficando, no entanto, um pouco atrás dos estados da Região Sul. São Paulo, por sua vez, encontra-se bem à frente da média nacional.

Gráfico 26

Percentual do total da população com ensino superior completo, por unidade da federação — 2018



Fonte: IBGE (2019)

Igualdade de gênero e inclusão de pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade

É igualmente meta do ODS 4 eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade. O indicador utilizado para verificação desta meta é o índice de paridade de frequência à escola. Utilizado para medir o nível geral de desigualdade entre duas subpopulações, um índice igual a 1 demonstra paridade entre os dois grupos em relação ao indicador escolhido.

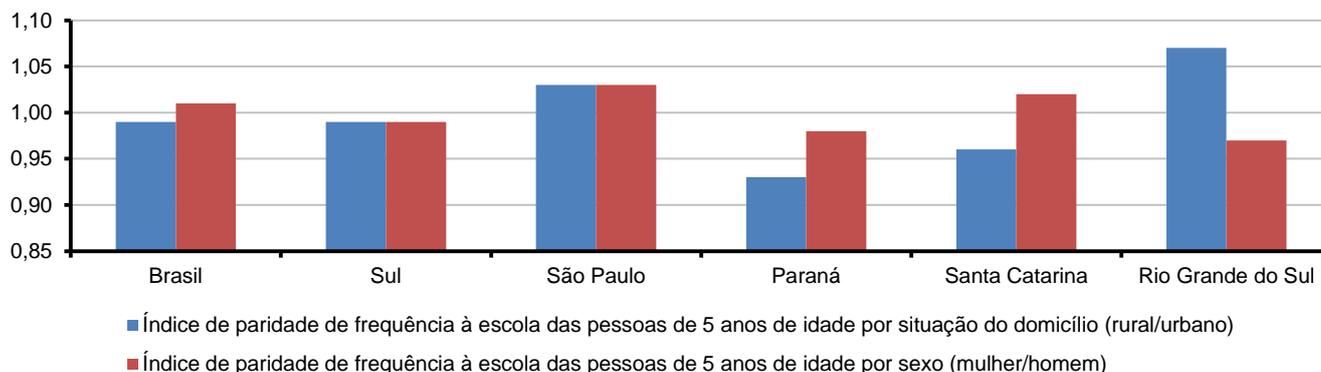
No Gráfico 27, percebe-se que, em 2016, o Rio Grande do Sul apresentou uma disparidade, por situação de domicílio (rural/urbano), em favor do meio rural acima das demais unidades de comparação, em especial se comparado com os outros estados da Região Sul⁷. Entretanto, na disparidade de frequência entre homens e mulheres, apresenta um índice mais favorável aos homens, o que não ocorre em Santa Catarina ou no Brasil como um todo.

⁷ De acordo com o IBGE (<https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo4/indicador451#metadados>), geralmente o grupo mais desfavorecido é o numerador.



Gráfico 27

Índices de paridade de frequência à escola das pessoas de cinco anos de idade, por situação de domicílio (rural/urbano) e por sexo (mulher/homem), com indicação do coeficiente de variação no Brasil e em locais selecionados — 2016

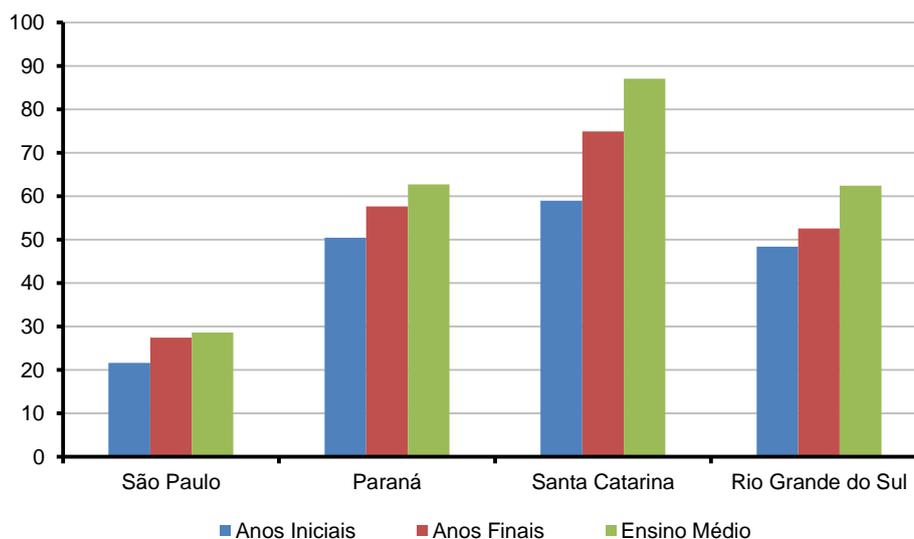


Fonte: IBGE (2019).

No Gráfico 28, percebe-se que, no percentual de escolas adaptadas para alunos com deficiência, há mais ampla variação. O RS apresenta o menor percentual da Região Sul nos anos iniciais, não tendo nem metade das escolas adaptadas, apesar de estar próximo do segundo lugar (Paraná). Santa Catarina, no entanto, conseguiu chegar a quase 60%, ao passo que São Paulo passou muito pouco dos 20%.

Gráfico 28

Percentual de escolas com infraestrutura adaptada para alunos com deficiência nos estados da Região Sul e em São Paulo — 2017



Fonte: IBGE (2019).

Para eliminar essa disparidade, é necessária a adaptação de cerca de metade das escolas do RS.



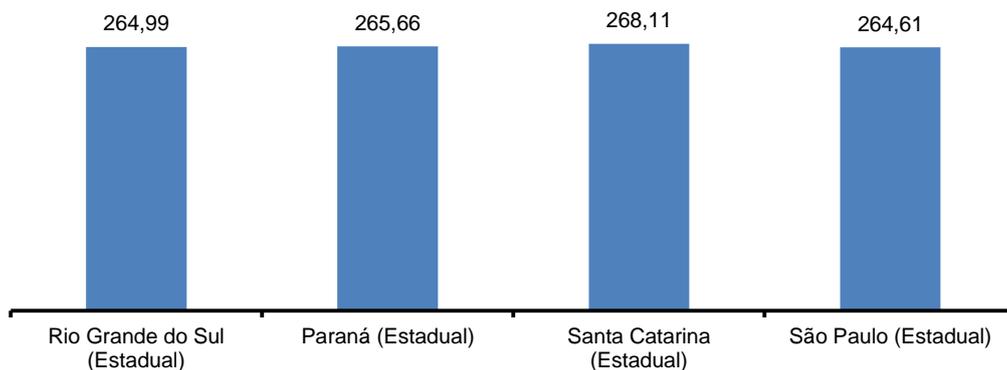
Jovens e adultos alfabetizados e com conhecimento básico de matemática

Outra meta do ODS 4 é garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de Matemática. Um indicador que pode dar uma ideia de como estará parte dos jovens e dos adultos nos próximos 15 anos é o resultado apresentado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica. O SAEB é um diagnóstico da educação básica, construído a partir de provas e questionários aplicados também a alunos das 3.^a ou 4.^a séries do ensino médio, quando esta última é a série de conclusão de tal nível de ensino.

A pontuação do RS em Matemática é bem aproximada das notas obtidas pelo Paraná e por São Paulo, e todos eles possuem notas um pouco menores que a de Santa Catarina, conforme demonstra o Gráfico 29.

Gráfico 29

Pontuação do ensino médio em Matemática, pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), nos estados da Região Sul e em São Paulo — 2017

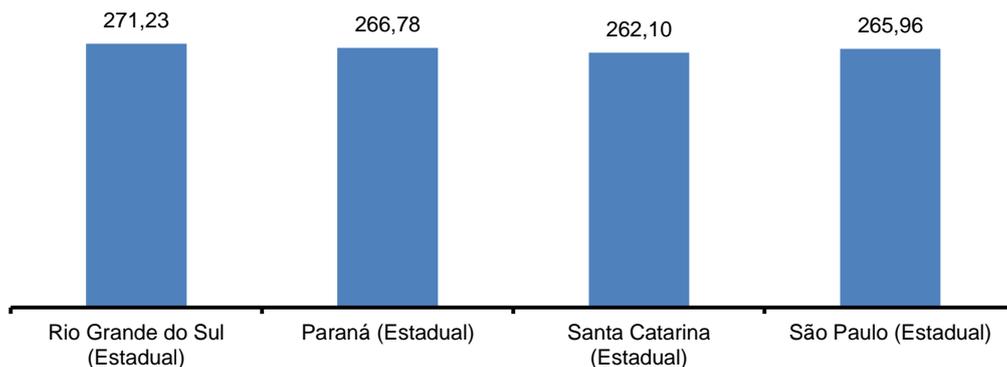


Fonte: INEP (2019).

A pontuação do estado gaúcho em Língua Portuguesa, no entanto, é maior que a dos estados aqui comparados, como se pode verificar no Gráfico 30.

Gráfico 30

Pontuação do ensino médio em Língua Portuguesa, pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), nos estados da Região Sul e em São Paulo — 2017



Fonte: INEP (2019).



Logo, a diferença apresentada no IDEB do ensino médio em relação aos demais estados da Região Sul, anteriormente apontada, deve-se mais à questão do fluxo escolar do que ao desempenho dos alunos no RS.

Promoção do desenvolvimento sustentável, de direitos humanos e cidadania

Também se apresenta como meta do ODS 4 garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e as habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Uma das formas de atender essa meta é avaliar em que medida a educação para a cidadania global e a educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a igualdade de gênero e os direitos humanos, são incorporados às políticas de educação e aos currículos escolares.

No Plano Estadual da Educação (PEE) do Rio Grande do Sul, em seu artigo 2, inciso X, consta como uma de suas diretrizes “a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental, à orientação sexual e às escolhas religiosas”. Seguem alguns exemplos de aspectos que foram incluídos nas metas do PEE (RS, 2015):

[...] estabelecer cursos específicos [...] em comunidades Kaingang embasados nos projetos de vida e de sustentabilidade das terras e comunidades indígenas; [...] garantir formação permanente aos docentes [...] em temas contemporâneos como os direitos humanos, os contextos sociais, culturais, ambientais, gênero e sexualidade, fortalecendo a função social da educação como indutora de práticas de respeito ao outro e como propulsora de ações solidárias que ajudem a desenvolver o espírito republicano, auxiliando a comunidade escolar no enfrentamento dos preconceitos; [...] garantir políticas curriculares com foco no direito à diversidade e afirmação dos direitos humanos; [...] garantir políticas de combate à violência mediante a identificação e supressão de todas e quaisquer fontes diretas ou indiretas geradoras de racismo, discriminação, xenofobia e intolerâncias correlatas, inclusive nos currículos, práticas e materiais didático-pedagógicos, para a construção de cultura de paz e ambiente dotado de segurança para a comunidade escolar; e [...] consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, [...] garantindo: o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade cultural, a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições; [...] programar [...] projetos específicos [...].

No Referencial Curricular Gaúcho (RS, 2018), por sua vez, consta, dentre outros exemplos,

[...] utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente às questões do mundo contemporâneo; [...] analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a conteúdos discriminatórios que ferem direitos humanos e ambientais; [...] relacionar textos e documentos legais e normativos de importância universal, nacional ou local que envolvam direitos, em especial, de crianças, adolescentes e jovens — tais como a Declaração dos Direitos Humanos, a Constituição Brasileira, o ECA [...].



Instalações físicas, ambientes seguros e qualificação dos professores

Por fim, outras metas inseridas nos ODS são construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e às diferenças de gênero, que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos, além de aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados.

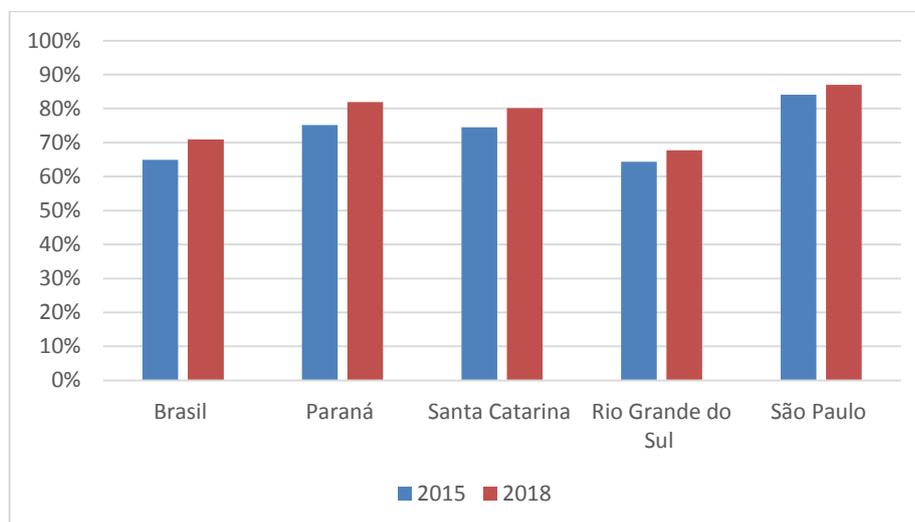
Das questões ainda não abordadas, o acesso à eletricidade e ao abastecimento de água são serviços quase universalizados na Região Sul. O RS, em relação aos demais estados da Região, no entanto, apresenta os menores percentuais de acesso à eletricidade, de 99,47% nos anos iniciais e de 99,46% nos finais do EF, e de 99,34% no ensino médio, assim como os menores percentuais de abastecimento de água (98,79% nos anos iniciais, 98,88% nos anos finais do EF, e 99,21% no ensino médio).

De forma diversa, o acesso à água filtrada nas escolas do RS está consideravelmente abaixo do alcançado pelos demais estados, em todas as etapas de ensino, alcançando entre 30% e 40%. Em São Paulo, por exemplo, a água filtrada é praticamente universalizada e, em Santa Catarina, está presente em cerca de 75% das escolas. O Paraná encontra-se no meio do caminho, oferecendo água filtrada em 57,3% das escolas.

Em relação à proporção de docentes com a formação adequada para a etapa de ensino em que lecionam, a formação mínima exigida para a educação infantil e para os anos iniciais do EF é ensino médio ou normal/magistério. Nesse caso, para a educação infantil, em 2015, o RS tinha 98% de professores com formação adequada, crescendo para 99% em 2018. Nos anos iniciais, já era universalizado em 2015 (99,9%). Porém, o número de docentes com ensino superior para essas etapas é bastante inferior no Rio Grande do Sul, se comparado aos estados vizinhos. Em relação à educação infantil (Gráfico 31), percebe-se que o país como um todo e todos os estados analisados aumentaram seu percentual. São Paulo, Paraná e Santa Catarina ficaram acima dos 80% em 2018, ao passo que o RS fica um pouco abaixo da média brasileira (68% e 71%, respectivamente).

Gráfico 31

Proporção de docentes com ensino superior na educação infantil dos estados da Região Sul e de São Paulo — 2015 e 2018



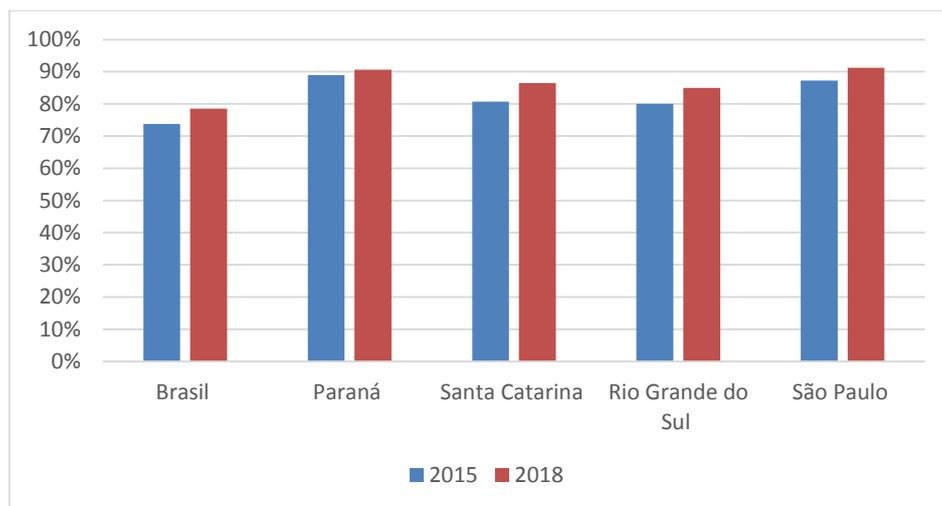
Fonte: INEP (2019).



No caso dos anos iniciais do EF (Gráfico 32) também há avanços em todos os casos e o RS tem proporção maior de docentes com graduação do que a média nacional (85% e 78%, respectivamente), próximo de Santa Catarina (86%), mas ainda um pouco distante do Paraná e de São Paulo (ambos com 91% dos professores graduados).

Gráfico 32

Proporção de docentes com ensino superior nos anos iniciais do ensino fundamental dos estados da Região Sul e de São Paulo — 2015 e 2018

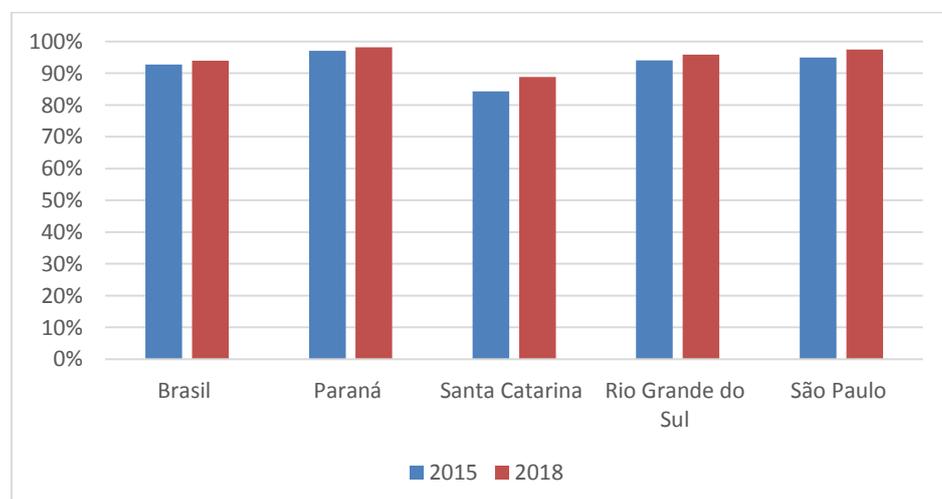


Fonte: INEP (2019).

Nos casos dos anos finais do EF e do ensino médio, é considerado adequado o docente que tem ensino superior (licenciatura/bacharelado com complementação pedagógica). No Gráfico 33, percebe-se que o RS apresenta 94% de docentes com formação apropriada nos anos finais do ensino fundamental, desempenho superior ao dos anos iniciais no estado e também ao desempenho de Santa Catarina.

Gráfico 33

Proporção de docentes com formação adequada nos anos finais do ensino fundamental dos estados da Região Sul e de São Paulo — 2015 e 2018



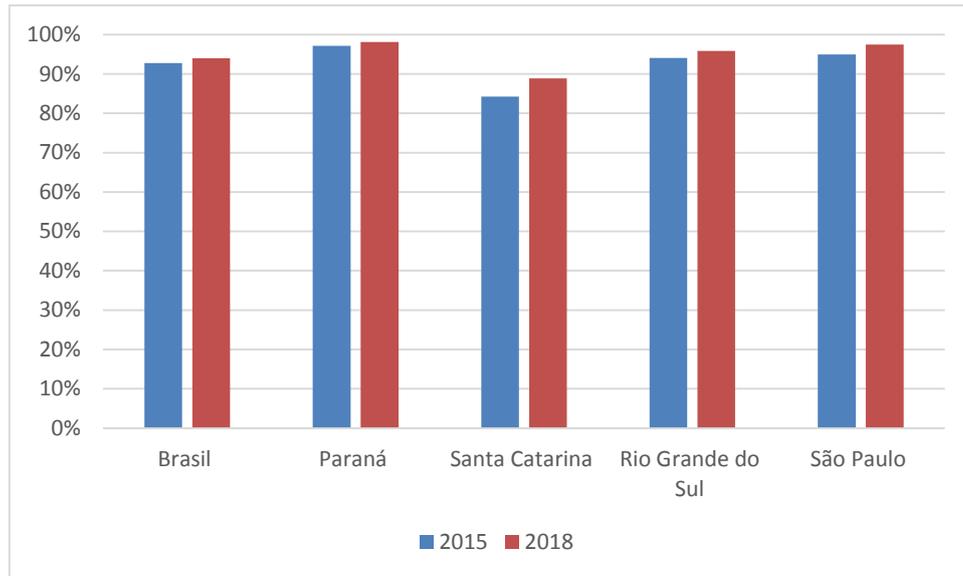
Fonte: INEP (2019).



Por fim, um percentual um pouco maior de professores com formação adequada do que nos anos finais do EF no estado é encontrado no ensino médio do RS (Gráfico 34): 96%.

Gráfico 34

Proporção de docentes com formação adequada no ensino médio
dos estados da Região Sul e de São Paulo — 2018



Fonte: INEP (2019).



Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); BRASIL. Secretaria de Governo. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. [Brasil], 2019. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Dados**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/dados>. Acesso em: 22 abr. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Agenda 2030. ODS. Metas Nacionais dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. IPEA, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33895&Itemid=433. Acesso em: 24 jul. 2019.

RIO GRANDE DO SUL (RS). Secretaria da Educação. **Referencial Curricular Gaúcho**. Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://curriculo.educacao.rs.gov.br/Sobre/Index>. Acesso em: 22 abr. 2019.

RIO GRANDE DO SUL (RS). Lei n.º 14.705, **Plano Estadual de Educação**. 25 jun. 2015.

